

MEDICINA NUCLEAR

Crise financeira pode impactar produção de radiofármacos no país

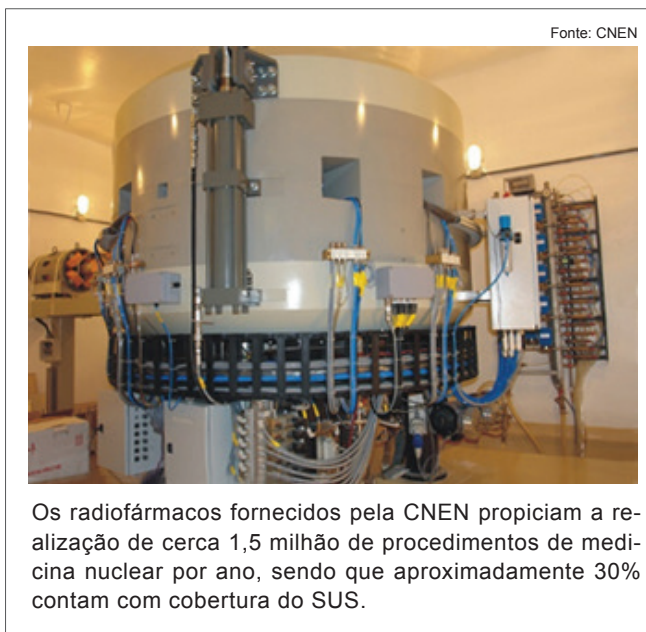
Fabiola Amaral

A crise orçamentária que o Brasil está vivendo já ameaça a produção de radiofármacos no país, o que pode prejudicar a atuação da medicina nuclear, alertam autoridades ligadas ao setor. Os radiofármacos são utilizados em procedimentos para diagnóstico ou terapia de diversas doenças, principalmente, na área da oncologia e da cardiologia.

Segundo a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), o setor de medicina nuclear do país conta com 432 serviços de medicina nuclear (SMN) distribuídos por todo o território brasileiro. Os radiofármacos fornecidos pela CNEN propiciam a realização de aproximadamente um milhão e meio de procedimentos de medicina nuclear por ano, sendo que aproximadamente 30% contam com cobertura do Sistema Único de Saúde (SUS). A principal unidade produtora da CNEN é o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), localizado em São Paulo, que produz atualmente 38 diferentes radiofármacos, incluindo o flúor FDG-18F, além de ser o único produtor de Geradores de Tecnécio-99m no país.

“A CNEN tem uma atuação estratégica na produção de radiofármacos, atendendo quase 500 clínicas e hospitais em todo o país, sendo que cerca de um terço dessa produção é demandada pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Só o IPEN fabrica 38 produtos para medicina nuclear, sendo responsável pelo atendimento da maior parte da necessidade nacional. Isso representa atender cerca de 6 mil exames/dia, ou seja, mais de 1,5 milhão exames/ano”, informou o presidente da CNEN, Renato Machado Cotta.

O superintendente do IPEN, José Carlos Bressiani, revela que o setor vive um momento de preocupação diante de uma possível redução nos investimentos com um agravamento da crise. “Entendemos que a crise enseja um corte orçamentário e a redução de investimentos, e caso esse quadro se torne realidade, a manutenção e preservação do atendimento à sociedade como



Os radiofármacos fornecidos pela CNEN propiciam a realização de cerca 1,5 milhão de procedimentos de medicina nuclear por ano, sendo que aproximadamente 30% contam com cobertura do SUS.

um todo se torna inviável. Sem investimento, ocorrerá um retrocesso na medicina nuclear do país afetando os inúmeros pacientes atendidos pelo SUS e por planos de saúde particulares que se beneficiam dos radiofármacos para diagnósticos e terapia de diversas doenças”, frisou.

De acordo com Bressiani, atualmente, o IPEN ainda está conseguindo manter a produção dos radiofármacos. “Apesar da diminuição dos recursos humanos e financeiros, por enquanto estamos conseguindo manter a produção, mas a cada ano que passa o atendimento da demanda dos hospitais e clínicas tem se tornado mais difícil”, disse.

Ele ressalta que o setor já vem enfrentando problemas há tempos com a falta de reposição de recursos humanos e investimentos. “A ameaça já vem se concretizando há alguns anos com a falta de reposição de recursos humanos, e tem sido agravada com aposentadorias, redução de jornada de trabalho e um modelo de gestão incompatível com a complexidade das ações envolvidas na produção de radiofármacos. Esse quadro tem colocado em risco crescente, não somente a atividade rotineira de produção de radiofármacos, mas a capacidade de

realizar Pesquisa e Desenvolvimento de novos radiofármacos para diagnósticos e tratamento de pacientes”, destacou.

Bressiani avalia que as perspectivas para o atendimento do Instituto à medicina nuclear nos próximos anos são incertas. “Se não houver contratação de recursos humanos e fluxo financeiro adequado, as perspectivas são incertas. Lembrando que qualquer redução orçamentária compromete a produção e, conseqüentemente, a oferta dos principais insumos necessários para a manutenção dos serviços

de medicina nuclear. É importante ressaltar que, embora não mais exista o monopólio na produção de radiofármacos de meia-vida curta (menor do que 2h), o papel da CNEN é garantir o fornecimento regular dos radiofármacos, o que por 57 anos nunca foi interrompido”, ressaltou.

O presidente da CNEN, Renato Cotta, acrescenta ainda que não só a produção, mas toda a cadeia nuclear envolvida pode ser afetada por falta de recursos em decorrência da crise.

“Esse é só um exemplo de como a falta de verbas poderá afetar o trabalho da CNEN. Em outra vertente, está o aspecto de segurança das instalações nucleares e do público em geral. Para efetuar a fiscalização e o licenciamento das instalações, visando garantir a segurança nuclear e radiológica, são necessárias inspeções regulares, que não podem ser espaçadas ou interrompidas pela falta de verbas. Isso sem falar no risco à continuidade dos projetos de maior vulto, como o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), que possibilitarão a produção de insumos e de pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos no setor nuclear”, concluiu Cotta.